

Editorial/*Editorial*

A importância das produções científicas para o fortalecimento político da profissão

Pesquisadores em geral costumam eger os seus temas de pesquisa a partir de alguns critérios: o escopo de seus grupos de pesquisa, as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, os editais de fomento, dentre outros.

Evidentemente, todos esses aspectos são legítimos. Mas, na qualidade de representantes do órgão máximo de regulação do exercício profissional, o Conselho Federal de Fonoaudiologia, gostaríamos de convidar a comunidade científica, por meio do presente editorial, para refletir sobre outros aspectos que têm interface direta e importante impacto no crescimento e fortalecimento da nossa profissão.

O Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia pode ser compreendido como um prolongamento do Estado, cuja função principal é zelar pelo interesse público, especialmente nos aspectos relacionados ao exercício da profissão de fonoaudiólogo no país, e, para tanto, deve levar em conta os interesses da coletividade.

Observando as suas especificidades e preservando a sua legislação de base, os Conselhos devem promover o crescimento da profissão e ajustar a sua legislação (especialmente as resoluções, recomendações e pareceres), a fim de acompanhar as rápidas transformações e demandas da coletividade, sempre zelando pela ordem e pela ética no exercício profissional, bem como pela segurança e proteção da sociedade.

Tal missão nos leva, enquanto entidade reguladora do exercício profissional, a discutir a formação em Fonoaudiologia, além de acompanhar os resultados alcançados no exercício da profissão, bem como a pesquisa e o avanço científico na área.

Nesse sentido, temos assistido, nos últimos anos, a um avanço significativo da produção científica na Fonoaudiologia brasileira, o que tem sido demonstrado por um número cada vez maior de artigos publicados em revistas especializadas na área e em áreas afins.

Apesar desse crescimento “quantitativo”, é preciso pensarmos na “qualidade” das nossas publicações. Para mensurarmos a qualidade, vários aspectos que fogem ao escopo do que pretendemos abordar no presente editorial podem ser considerados, como o grau de evidência proporcionado pelo desenho dos estudos ou o fator de impacto das publicações, mas um deles reveste-se de importância fundamental para a atuação política: a possibilidade de utilizar a evidência científica em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Ao longo da última gestão do CFFa (2013-2016) temos envidado esforços e ações junto aos poderes legislativo e executivo a fim de criar ou reformular políticas públicas, sempre com o interesse de propor ações que promovam o bem-estar da sociedade, colaborando com a função constitucional do Estado democrático. Nossas ações principais estão voltadas à promoção da saúde e educação, mas também atuamos em temas como a organização do trabalho e a previdência social, dentre outros.

Na realização dessas ações é fundamental contarmos com resultados e evidências de pesquisas na área, pois todo o trabalho político, em especial a proposição de políticas públicas, deve estar pautado e alinhado ao avanço científico. É o papel importante de levar a ciência a quem mais precisa dela, de transformar a ciência em algo concreto e disponível para melhorar a vida das pessoas.

Nas nossas tratativas com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, ou com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, por exemplo, sentimos dificuldades para reunir, organizar e sistematizar as evidências científicas que possam ser revertidas em benefícios diretos para a população.

Um outro aspecto a ser destacado é que, nessa missão de disponibilizar a ciência para a população nem sempre encontramos posições coerentes entre si. É comum encontrarmos pesquisas e opiniões provenientes de grupos com diferentes convicções, mas esse não é um grande problema se conseguirmos extrair de cada grupo, ou opinião, o “interesse público” que deve nortear uma política também pública. Para garantirmos o interesse público devemos levar em consideração critérios de oportunidade, conveniência, razoabilidade, justiça e equidade, dentre outros.

Com base no exposto, lançamos aqui a nossa primeira pergunta à comunidade científica: qual o interesse público das pesquisas que estamos realizando?

Diante da enorme desigualdade social e da dimensão geográfica do Brasil, podemos afirmar que nem sempre nossas pesquisas estão alinhadas aos problemas sociais que afetam a nossa população. Do mesmo modo, e diante das inúmeras carências, nem sempre as pesquisas se voltam aos problemas sociais mais urgentes ou prioritários.

De acordo com o Sebrae¹, um bom processo de elaboração de políticas públicas segue em geral os seguintes passos: conversão de estatísticas em informação relevante para o problema; análise das preferências dos atores;

e ação baseada no conhecimento adquirido. Analisando esses passos, podemos verificar a importância da pesquisa científica e dos pesquisadores para a sistematização do conhecimento que pode ser convertido em política pública.

Podemos extrair mais alguns questionamentos para guiar uma reflexão sobre o tema: Quais as estatísticas e informações de que dispomos na área da Fonoaudiologia sobre problemas que afetam a sociedade? Temos estudos epidemiológicos, de prevalência e de resposta a intervenções suficientes? Quais as visões políticas (ideológicas) dos atores envolvidos? É possível definir uma linha de ação que solucione o(s) problema(s) com base na primazia do interesse público?

Contamos com o esforço de toda a categoria para que uma reflexão em torno dessas questões esteja presente desde o momento da escolha dos temas das pesquisas até a redação final dos artigos a serem publicados nos periódicos científicos, deixando muito claro no registro científico da Fonoaudiologia Brasileira a contribuição social de nossas pesquisas.

Consideramos, ainda, que a contribuição e empenho de todos os pareceristas, editores científicos, responsáveis por entidades científicas, dentre outros, é fundamental para avançarmos e promovermos o crescimento da profissão em bases científicas sólidas, com consequente e inquestionável relevância social.

Bianca Arruda Manchester de Queiroga

Maria Cecília de Moura

Solange Pazini

Jaime Zorzi

Diretoria do 11º Colegiado do Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFa,
Gestão 2013/2016 – Brasília (DF), Brasil.

REFERÊNCIAS

1. Sebrae Nacional. Formulação de políticas públicas [Internet]. 2014 [citado em 2016 Mar 17]. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Formula%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas>